



OP-033AB-20
CÓD.: 7891182031905

Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra do Estado de Minas Gerais

Oficial de Serviço
Pintor
Zelador
Motorista
Operador De Máquina

Língua Portuguesa

Interpretação de texto,01
Separação de sílabas,20
Ortografia.22
Sinais de pontuação.....	.24

Matemática

1 As quatro operações fundamentais (adição subtração, multiplicação e divisão).....	.01
2 Situações problema envolvendo as quatro operações.....	.01

Conhecimentos Gerais

Direitos e deveres de um cidadão01
Estados, divisão regional do Brasil e suas características tipos de orientação03
Poluição19
Transportes e meios de comunicação22
Impactos ambientais26
Atualidades.....	.31



AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



PIRATARIA É CRIME: É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



CONTEÚDO EXTRA

Aqui você vai saber tudo sobre o Conteúdo Extra Online



Para acessar o **Conteúdo Extra Online** (*vídeoaulas, testes e dicas*) digite em seu navegador: www.apostilasopcao.com.br/extra



O **Conteúdo Extra Online** é apenas um material de apoio complementar aos seus estudos.



O **Conteúdo Extra Online** **não** é elaborado de acordo com Edital da sua Apostila.



O **Conteúdo Extra Online** foi tirado de diversas fontes da internet e **não** foi revisado.



A Apostilas Opção **não** se responsabiliza pelo **Conteúdo Extra Online**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto,.....	01
Separação de sílabas,	20
Ortografia.....	22
Sinais de pontuação.....	24

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO,

Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

- Leia lentamente o texto todo.
- No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.
- Releia o texto quantas vezes forem necessárias.
- Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.
- Sublinhe as ideias mais importantes.
- Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.
- Separe fatos de opiniões.
- O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).
- Retorne ao texto sempre que necessário.
- Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.
- Reescreva o conteúdo lido.
- Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.
- Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

QUESTÕES

01. (Prefeitura de São José do Rio Preto - SP -Auditor Fiscal Tributário Municipal – FCC – 2019)

Custos da ciência

Peça a um congressista dos Estados Unidos para destinar um milhão de dólares adicional à Fundação Nacional da Ciência de seu país a fim de financiar pesquisas elementares, e ele, compreensivelmente, perguntará se o dinheiro não seria mais bem utilizado para financiar a capacitação de professores ou para conceder uma necessária isenção de impostos a uma fábrica em seu distrito que vem enfrentando dificuldades.

*Para destinar recursos limitados, precisamos responder a perguntas do tipo “O que é mais importante?” e “O que é bom?”. E essas não são perguntas científicas. A ciência pode explicar o que existe no mundo, como as coisas funcionam e o que poderia haver no futuro. Por definição, não tem pretensões de saber o que **deveria** haver no futuro. Somente religiões e ideologias procuram responder a essas perguntas.*

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 283)

No segundo parágrafo, o autor do texto

- A) lembra que os procedimentos científicos não se confundem com projeções de valor religioso ou ideológico.
- B) admite que a ideologia e a religião podem ser determinantes para a metodologia de projetos científicos.
- C) postula que os valores subjetivos de determinada cultura podem ser parâmetros para a boa pesquisa acadêmica.
- D) mostra que as perguntas feitas pela ciência, sendo as mesmas que fazem a religião e a ideologia, têm respostas distintas.
- E) assegura que os achados de uma pesquisa científica não são necessariamente mais limitados que os da religião.

02. (Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ – Professor - Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ – 2019)

Texto I: As línguas do passado eram como as de hoje? (trecho)

Quando os linguistas afirmam que as línguas khoisan¹, ou as línguas indígenas americanas, são tão avançadas quanto as grandes línguas europeias, eles estão se referindo ao sistema linguístico. Todas as características fundamentais das línguas faladas no mundo afora são as mesmas. Cada língua tem um conjunto de sons distintivos que se combinam em palavras significativas. Cada língua tem modos de denotar noções gramaticais como pessoa (“eu, você, ela”), singular ou plural, presente ou passado etc. Cada língua tem regras que governam o modo como as palavras devem ser combinadas para formar enunciados completos.

T. JANSON (*A história das línguas: uma introdução. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015, p. 23*)

¹ Refere-se à família linguística africana cuja característica destacada nos estudos de linguagem se vincula à presença de cliques

O uso do pronome “cada” no texto pressupõe uma ideia de:

- A) conjunto
- B) tempo
- C) dúvida
- D) localização

03. (Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ – Professor - Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ- 2019)

Texto I: As línguas do passado eram como as de hoje? (trecho)

Quando os linguistas afirmam que as línguas khoisan¹, ou as línguas indígenas americanas, são tão avançadas quanto as grandes línguas europeias, eles estão se referindo ao sistema linguístico. Todas as características fundamentais das línguas faladas no mundo afora são as mesmas. Cada língua tem um conjunto de sons distintivos que se combinam em palavras significativas. Cada língua tem modos de denotar noções gramaticais como pessoa (“eu, você, ela”), singular ou plural, presente ou passado etc. Cada língua tem regras que governam o modo como as palavras devem ser combinadas para formar enunciados completos.

T. JANSON (*A história das línguas: uma introdução. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015, p. 23*)

¹ Refere-se à família linguística africana cuja característica destacada nos estudos de linguagem se vincula à presença de cliques

Na discussão proposta, o autor adota uma concepção de língua fun

damentada na abordagem:

- A) prescritiva
- B) estrutural
- C) histórica
- D) informal

04. (Prefeitura de Campinas - SP – Instrutor Surdo – VUNESP – 2019)



(Duke. Opinião ES, 01.06.2019.)

A charge apresenta

- A) a distinção entre duas atitudes saudáveis.
- B) a diferença entre duas posturas opostas
- C) os resultados positivos de uma ação.
- D) a comparação entre dois comportamentos semelhantes.
- E) o impacto de cada ato isolado sobre o ambiente.

05. (Prefeitura de Campinas - SP – Agente Fiscal Tributário – VUNESP – 2019)

Redes antissociais

Para além do hábito, as redes sociais se transformaram em paixão. Toda paixão nos torna cegos, incapazes de ver o que nos cerca com bom senso, para não dizer lógica e racionalidade. Nesse momento de nossa experiência com as redes sociais, convém prestar atenção no seu caráter antissocial e psicopatológico. Ele é cada vez mais evidente.

O que estava escondido, aquilo que ficava oculto nas microrrelações, no âmbito das casas e das famílias, digamos que a neurose particular de cada um, tornou-se público. O termo neurose tem um caráter genérico e serve para apontar algum sofrimento psíquico. Há níveis de sofrimento e suportabilidade por parte das pessoas. Buscar apoio psicológico para amenizar neuroses faz parte do histórico de todas as linhagens da medicina ao longo do tempo. Ela encontra nas redes sociais o seu lugar, pois toda neurose é um distúrbio que envolve algum aspecto relacional. As nossas neuroses têm, inevitavelmente, relação com o que somos em relação a outros. Assim como é o outro que nos perturba na neurose, é também ele que pode nos curar. Contudo, há muita neurose não tratada e ela também procura seu lugar.

A rede social poderia ter se tornado um lugar terapêutico para acolher as neuroses? Nesse sentido, poderia ser um lugar de apoio, um lugar que trouxesse alento e desenvolvimento emocional? Nas redes sociais, trata-se de convívios em grupo. Poderíamos pensar nelas no sentido potencial de terapias de grupo que fizessem bem a quem delas participa; no entanto, as redes sociais parecem mais favorecer uma espécie de “enlouquecimento coletivo”. Nesse sentido, o caráter antissocial das redes precisa ser analisado.

(Cult, junho de 2019)

Leia a charge.



(Chargista Lute. <https://www.hojeemdia.com.br>)

A partir da leitura do texto e da charge, é correto afirmar que

- A) as pessoas têm buscado apoio psicológico nas redes sociais.
- B) as relações pessoais e familiares se fortalecem nas redes sociais.
- C) as redes sociais têm promovido certo enlouquecimento coletivo.
- D) as redes sociais são lugares terapêuticos para acolher as neuroses.
- E) as pessoas vivem confusas e desagregadas sem as redes sociais.

06. (TJ-MA – Oficial de Justiça – FCC -2019)

[Os nomes e os lugares]

É sempre perigoso usar termos geográficos no discurso histórico. É preciso ter muita cautela, pois a cartografia dá um ar de espúria objetividade a termos que, com frequência, talvez geralmente, pertencem à política, ao reino dos programas, mais que à realidade. Historiadores e diplomatas sabem com que frequência a ideologia e a política se fazem passar por fatos. Rios, representados nos mapas por linhas claras, são transformados não apenas em fronteiras entre países, mas fronteiras “naturais”. Demarcações linguísticas justificam fronteiras estatais.

A própria escolha dos nomes nos mapas costuma criar para os cartógrafos a necessidade de tomar decisões políticas. Como devem chamar lugares ou características geográficas que já têm vários nomes, ou aqueles cujos nomes foram mudados oficialmente? Se for oferecida uma lista alternativa, que nomes são indicados como principais? Se os nomes mudaram, por quanto tempo devem os nomes antigos ser lembrados?

(HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 109)

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo do texto em:

- A) um ar de espúria objetividade = um aspecto de pretensa verdade.
- B) reino dos programas = domínio das ciências.
- C) se fazem passar por fatos = subestimam a potência do que é real.
- D) sabem com que frequência = conhecem o quanto é raro.
- E) demarcações linguísticas = atribuições da linguagem.

07. (TJ-MA – Técnico Judiciário – Técnico em Edificações – FCC -2019)

Como assistiremos a filmes daqui a 20 anos?

Com muitos cineastas trocando câmeras tradicionais por câmeras 360 (que capturam vistas de todos os ângulos), o momento atual do cinema é comparável aos primeiros anos intensamente experimentais dos filmes no final do século 19 e início do século 20.

Uma série de tecnologias em rápido desenvolvimento oferece um potencial incrível para o futuro dos filmes – como a realidade aumentada, a inteligência artificial e a capacidade cada vez maior de computadores de criar mundos digitais detalhados.

Como serão os filmes daqui a 20 anos? E como as histórias cinematográficas do futuro diferem das experiências disponíveis hoje? De acordo com o guru da realidade virtual e artista Chris Milk, os filmes do futuro oferecerão experiências imersivas sob medida. Eles serão capazes de “criar uma história em tempo real que é só para você, que satisfaça exclusivamente a você e o que você gosta ou não”, diz ele.

(Adaptado de: BUCKMASTER, Luke. Disponível em: www.bbc.com)

O pronome “Eles”, em destaque no 3º parágrafo, faz referência aos

- A) artistas individualistas do futuro.
- B) filmes da atualidade.
- C) espectadores do futuro.
- D) diretores hoje renomados.
- E) filmes do futuro.

08. (Prefeitura de Campinas - SP – Agente Administrativo – VUNESP – 2019)

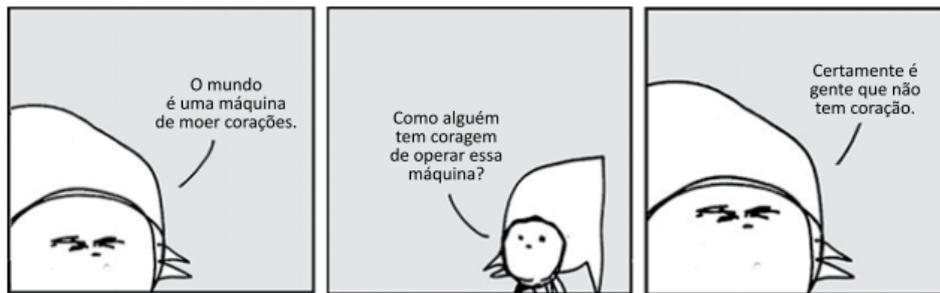


(André Dahmer, "Malvados". Folha de S.Paulo, 24.03.2019)

De acordo com a fala da personagem no último quadrinho, o diálogo

- A) contrapõe-se à tolerância.
- B) decorre da tolerância.
- C) depende da tolerância.
- D) aumenta a tolerância.
- E) abre espaço para a tolerância.

09. (Prefeitura de Itapevi - SP – Orientador Social – VUNESP – 2019)



(André Dahmer, Malvados. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br>. 15.01.2019)

No contexto da tira, emprega-se a frase

- A) "O mundo é uma máquina...", em sentido próprio, para fazer referência ao atual estágio de evolução tecnológica em que se encontra a humanidade.
- B) "... é uma máquina de moer corações.", em sentido figurado, para expressar a ideia de que, nas relações sociais, predominam o respeito e o altruísmo.
- C) "Como alguém tem coragem de operar...", em sentido figurado, para condenar a apatia de algumas pessoas em um contexto de transformações sociais.
- D) "Certamente é gente...", em sentido próprio, para negar que possam existir pessoas indiferentes ao fato de o mundo ser um ambiente hostil.
- E) "... gente que não tem coração.", em sentido figurado, para se referir à insensibilidade de pessoas cujas ações tornam o mundo um lugar opressivo.

GABARITO

1	A
2	A
3	B
4	D
5	C
6	A
7	E

8	A
9	E

Descrever, narrar, dissertar

Tudo o que se escreve é redação. Elaboramos bilhetes, cartas, telegramas, respostas de questões discursivas, contos, crônicas, romances, empregando as modalidades redacionais ou tipos de composição: **descrição**, **narração** ou **dissertação**. Geralmente as modalidades redacionais aparecem combinadas entre si. Seja qual for o tipo de composição, a criação de um texto envolve **conteúdo** (nível de ideias, mensagem, assunto), **estrutura** (organização das ideias, distribuição adequada em introdução, desenvolvimento e conclusão), **linguagem** (expressividade, seleção de vocabulário) e **gramática** (norma da língua).

Narra-se o que tem história, o que é factual, o que acontece no tempo; afinal, o narrador só conta o que viu acontecer, o que lhe contaram como tendo acontecido ou aquilo que ele próprio criou para acontecer.

Descreve-se o que tem sensorialidade e, principalmente, perceptibilidade; afinal, o descrevedor é um discriminador de sensações. Assim, descreve-se o que se vê ou imagina-se ver, o que se ouve ou imagina-se ouvir, o que se pega ou imagina-se pegar, o que se prova gustativamente ou imagina-se provar, o que se cheira ou imagina-se cheirar. Em outras palavras, descreve-se o que tem linhas, forma, volume, cor, tamanho, espessura, consistência, cheiro, gosto etc. Sentimentos e sensações também podem ser caracterizados pela descrição (exemplos: paixão abrasadora, raiva surda).

Disserta-se sobre o que pode ser discutido; o dissertador trabalha com ideias, para montar juízos e raciocínios.

Descrição

A descrição procura apresentar, com palavras, a imagem de seres animados ou inanimados — em seus traços mais peculiares e marcantes —, captados através dos cinco sentidos. A caracterização desses entes obedece a uma delimitação espacial.

O quarto respirava todo um ar triste de desmazelo e boemia. Fazia má impressão estar ali: o vômito de Amâncio secava-se no chão, azedando o ambiente; a louça, que servia ao último jantar, ainda coberta pela gordura coalhada, aparecia dentro de uma lata abominável, cheia de contusões e roída de ferrugem. Uma banquinha, encostada à parede, dizia com seu frio aspecto desarranjado que alguém estivera aí a trabalhar durante a noite, até que se extinguiu a vela, cujas últimas gotas de estearina se derramavam melancolicamente pelas bordas de um frasco vazio de xarope Larose, que lhe fizera as vezes de castiçal.

(Aluísio Azevedo)

Narração

A **narração** constitui uma sequência temporal de ações desencadeadas por personagens envoltas numa trama que culmina num clímax e que, geralmente, esclarecesse no desfecho.

Ouvimos passos no corredor; era D. Fortunata. Capitu compôs-se depressa, tão depressa que, quando a mãe apontou à porta, ela abanava a cabeça e ria. Nenhum laivo amarelo, nenhuma contração de acanhamento, um riso espontâneo e claro, que ela explicou por estas palavras alegres:

— *Mamãe, olhe como este senhor cabeleireiro me penteou; pediu-me para acabar o penteado, e fez isto. Veja que tranças!*

— *Que tem? acudiu a mãe, transbordando de benevolência. Está muito bem, ninguém dirá que é de pessoa que não sabe pentear.*

— *O quê, mamãe? Isto? redarguiu Capitu, desfazendo as tranças. Ora, mamãe!*

E com um enfadamento gracioso e voluntário que às vezes tinha, pegou do pente e alisou os cabelos para renovar o penteado. D. Fortunata chamou-lhe tonta, e disse-lhe que não fizesse caso, não era nada, maluquices da filha. Olhava com ternura para mim e para ela. Depois, parece-me que desconfiou. Vendo-me calado, enfiado, cosido à parede, achou talvez que houvera entre nós algo mais que penteado, e sorriu por dissimulação...

(Machado de Assis)

O narrador conta fatos que ocorrem no tempo, recordando, imaginando ou vendo... O descrevedor caracteriza entes localizados no espaço. Para isso, basta sentir, perceber e, principalmente, ver. O dissertador expõe juízos estruturados racionalmente.

A trama narrativa apreende a ocorrência na sua dinâmica temporal. O processo descritivo suspende o tempo e capta o ente na sua espacialidade atemporal. A estrutura dissertativa articula ideias, relaciona juízos, monta raciocínios e engendra teses.

O texto narrativo é caracterizado pelos verbos nocionais (ações, fenômenos e movimentos); o descritivo, pelos verbos relacionais (estados, qualidades e condições) ou pela ausência de verbos; o dissertativo, indiferentemente, pelos verbos nocionais e/ou relacionais.

Dissertação

A dissertação consiste na exposição lógica de ideias discutidas com criticidade por meio de argumentos bem fundamentados.

Homens e livros

Monteiro Lobato dizia que um país se faz com homens e livros. O Brasil tem homens e livros. O problema é o preço. A vida humana está valendo muito pouco, já as cifras cobradas por livros exorbitam.

A notícia de que uma mãe vendeu o seu filho à enfermeira por R\$ 200,00, em duas prestações, mostra como anda baixa a cotação da vida humana neste país. Se esse é o valor que uma mãe atribui a seu próprio filho, o que dizer quando não existem vínculos de parentesco. De uma fútil briga de trânsito aos interesses da indústria do tráfico, no Brasil, hoje, mata-se por nada.

A falta de instrução, impedindo a maioria dos brasileiros de conhecer o conceito de cidadania, está entre as causas das brutais taxas de violência registradas no país.

Os livros são, como é óbvio, a principal fonte de instrução já inventada pelo homem. E, para aprender com os livros, são necessárias apenas duas condições: saber lê-los e poder adquiri-los. Pelo menos 23% dos brasileiros já encontram um obstáculo intransponível na primeira condição. Um número incalculável, mas certamente bastante alto, esbarra na segunda.

Aqui, um exemplar de uma obra de cerca de cem páginas sai por cerca de R\$ 15,00, ou seja, 15% do salário mínimo. Nos EUA, uma obra com quase mil páginas custa US\$ 7,95, menos da metade da brasileira e com 900 páginas a mais.

O principal fator para explicar o alto preço das edições nacionais são as pequenas tiragens. Num país onde pouco se lê, de nada adianta fazer grandes tiragens. Perde-se, assim, a possibilidade de reduzir o custo do produto por meio dos ganhos de produção de escala.

MATEMÁTICA

1 As quatro operações fundamentais (adição subtração, multiplicação e divisão)	01
2 Situações problema envolvendo as quatro operações.	01

1 AS QUATRO OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS (ADIÇÃO SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO). 2 SITUAÇÕES PROBLEMA ENVOLVENDO AS QUATRO OPERAÇÕES

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos os elementos dos números naturais:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

A construção dos Números Naturais

- Todo número natural dado tem um sucessor (número que vem depois do número dado), considerando também o zero.

Exemplos: Seja m um número natural.

- a) O sucessor de m é m+1.
- b) O sucessor de 0 é 1.
- c) O sucessor de 1 é 2.
- d) O sucessor de 19 é 20.

- Se um número natural é sucessor de outro, então os dois números juntos são chamados números consecutivos.

Exemplos:

- a) 1 e 2 são números consecutivos.
- b) 5 e 6 são números consecutivos.
- c) 50 e 51 são números consecutivos.

- Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

Exemplos:

- a) 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 são consecutivos.
- b) 5, 6 e 7 **são consecutivos**.
- c) 50, 51, 52 e 53 são consecutivos.

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é m-1.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

Subconjuntos de \mathbb{N}

Vale lembrar que um asterisco, colocado junto à letra que simboliza um conjunto, significa que o zero foi excluído de tal conjunto.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, \dots\}$$

NÚMEROS ORDINAIS

Os **números ordinais** são tipos de numerais utilizados para indicar uma ordem ou hierarquia numa dada sequência. Ou seja, eles indicam a posição ou lugar que algo ou alguém ocupa numa série ou conjunto.

São muito utilizados em competições esportivas, para indicar andares de edifícios, tópicos de uma lista, as partes de algo, artigos de lei, decretos, capítulos de obra, indicação de séculos, dentre outros.

Lista de Números Ordinais

Segue abaixo uma lista dos números ordinais e os termos escritos por extenso.

Número	Nomenclatura
1.º	primeiro
2.º	segundo
3.º	terceiro
4.º	quarto
5.º	quinto
6.º	sexto
7.º	sétimo
8.º	oitavo
9.º	nono
10.º	décimo
11.º	décimo primeiro ou undécimo
12.º	décimo segundo ou duodécimo
13.º	décimo terceiro
14.º	décimo quarto
15.º	décimo quinto
16.º	décimo sexto
17.º	décimo sétimo
18.º	décimo oitavo
19.º	décimo nono
20.º	vigésimo
21.º	vigésimo primeiro
22.º	vigésimo segundo
23.º	vigésimo terceiro
24.º	vigésimo quarto
25.º	vigésimo quinto
26.º	vigésimo sexto
27.º	vigésimo sétimo
28.º	vigésimo oitavo
29.º	vigésimo nono
30.º	trigésimo
40.º	quadragésimo
50.º	quinquagésimo
60.º	sexagésimo

Número	Nomenclatura
70. ^º	septuagésimo ou setuagésimo
80. ^º	octogésimo
90. ^º	nonagésimo
100. ^º	centésimo
200. ^º	ducentésimo
300. ^º	trecentésimo ou tricentésimo
400. ^º	quadringentésimo
500. ^º	quingentésimo
600. ^º	sexcentésimo ou seiscentésimo
700. ^º	septingentésimo ou setingentésimo
800. ^º	octingentésimo ou octogentésimo
900. ^º	noningentésimo ou nongentésimo
1.000. ^º	milésimo
10.000. ^º	décimo milésimo
100.000. ^º	centésimo milésimo
1.000.000. ^º	milionésimo
1.000.000.000. ^º	bilionésimo
1.000.000.000.000. ^º	trilionésimo
1.000.000.000.000.000. ^º	quadrilionésimo
1.000.000.000.000.000.000. ^º	quintilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000. ^º	Sextilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000. ^º	Septilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000.000. ^º	Octilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000.000.000. ^º	Nonilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000.000.000.000. ^º	Decilionésimo

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/numeros-ordinais/>

NÚMEROS REAIS

O conjunto dos **números reais** *R* é uma expansão do conjunto dos números racionais que engloba não só os inteiros e os fracionários, positivos e negativos, mas também todos os números irracionais.

Os números reais são números usados para representar uma quantidade contínua (incluindo o zero e os negativos). Pode-se pensar num número real como uma fração decimal possivelmente infinita, como 3,141592(...). Os números reais têm uma correspondência biunívoca com os pontos de uma reta.

Denomina-se corpo dos números reais a coleção dos elementos pertencentes à conclusão dos racionais, formado pelo corpo de frações associado aos inteiros (números racionais) e a norma associada ao infinito.

Existem também outras conclusões dos racionais, uma para cada número primo *p*, chamadas números pádicos. O corpo dos números pádicos é formado pelos racionais e a norma associada a *p*!

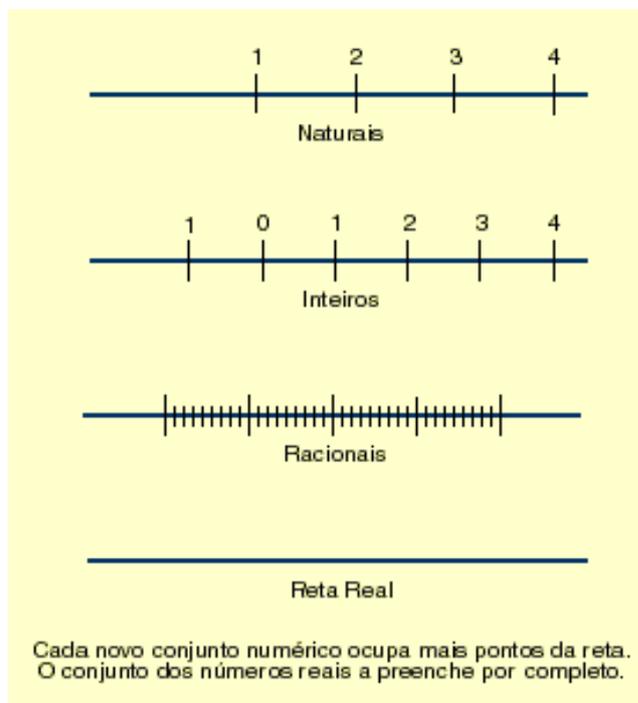
Propriedade

O conjunto dos números reais com as operações binárias de soma e produto e com a relação natural de ordem formam um corpo ordenado. Além das propriedades de um corpo ordenado, *R* tem a seguinte propriedade: Se *R* for dividido em dois conjuntos (uma partição) *A* e *B*, de modo que todo elemento de *A* é menor que todo elemento de *B*, então existe um elemento *x* que *separa* os dois conjuntos, ou seja, *x* é maior ou igual a todo elemento de *A* e menor ou igual a todo elemento de *B*.

$$\forall A, B, (R = A \cup B \wedge (\forall a \in A, b \in B, (a < b))) \Rightarrow (\exists x, (\forall a \in A, b \in B \Rightarrow a \leq x \leq b))$$

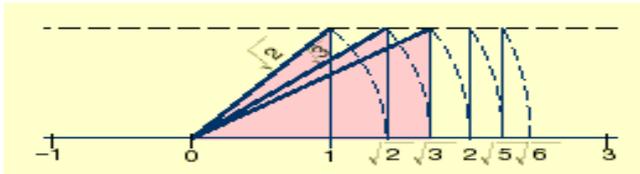
Ao conjunto formado pelos números Irracionais e pelos números Racionais chamamos de conjunto dos números Reais. Ao unirmos o conjunto dos números Irracionais com o conjunto dos números Racionais, formando o conjunto dos números Reais, todas as distâncias representadas por eles sobre uma reta preenchem-na por completo; isto é, ocupam todos os seus pontos.

Por isso, essa reta é denominada reta Real.



Podemos concluir que na representação dos números Reais sobre uma reta, dados uma origem e uma unidade, a cada ponto da reta corresponde um número Real e a cada número Real corresponde um ponto na reta.

NÚMEROS COMPLEXOS



Ordenação dos números Reais

A representação dos números Reais permite definir uma relação de ordem entre eles. Os números Reais positivos são maiores que zero e os negativos, menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números Reais **a** e **b**,

$$a \leq b \iff b - a \geq 0$$

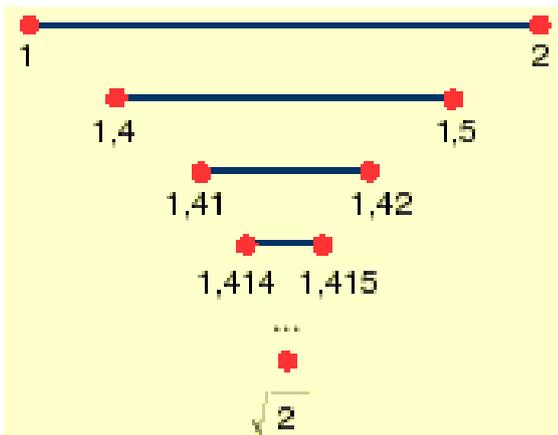
Exemplo: $-15 \leq 5 - (-15) \geq 0$

$$5 + 15 \geq 0$$

Propriedades da relação de ordem

- Reflexiva: $a \leq a$
- Transitiva: $a \leq b$ e $b \leq c \rightarrow a \leq c$
- Anti-simétrica: $a \leq b$ e $b \leq a \rightarrow a = b$
- Ordem total: $a < b$ ou $b < a$ ou $a = b$

Expressão aproximada dos números Reais



Os números Irracionais possuem infinitos algarismos decimais não-periódicos. As operações com esta classe de números sempre produzem erros quando não se utilizam todos os algarismos decimais. Por outro lado, é impossível utilizar todos eles nos cálculos. Por isso, somos obrigados a usar aproximações, isto é, cortamos o decimal em algum lugar e desprezamos os algarismos restantes. Os algarismos escolhidos serão uma aproximação do número Real. Observe como tomamos a aproximação de um número nas tabelas.

	Aproximação por			
	Falta		Excesso	
Erro menor que	$\sqrt{2}$	π	$\sqrt{2}$	π
1 unidade	1	3	2	4
1 décimo	1,4	3,1	1,5	3,2
1 centésimo	1,41	3,14	1,42	3,15
1 milésimo	1,414	3,141	1,415	3,142
1 décimo de milésimo	1,4142	3,1415	1,4143	3,1416

Quantas vezes, ao calcularmos o valor de Delta ($b^2 - 4ac$) na resolução da equação do 2º grau, nos deparamos com um valor negativo (Delta < 0). Nesse caso, sempre dizemos ser impossível a raiz no universo considerado (normalmente no conjunto dos reais- **R**). A partir daí, vários matemáticos estudaram este problema, sendo Gauss e Argand os que realmente conseguiram expor uma interpretação geométrica num outro conjunto de números, chamado de números complexos, que representamos por **C**.

Chama-se conjunto dos números complexos, e representa-se por **C**, o conjunto de pares ordenados, ou seja:

$$z = (x,y)$$

onde x pertence a **R** e y pertence a **R**.

Então, por definição, se $z = (x,y) = (x,0) + (y,0)(0,1)$ onde $i=(0,1)$, podemos escrever que:

$$z=(x,y)=x+yi$$

Exemplos:

$$(5,3)=5+3i$$

$$(2,1)=2+i$$

$$(-1,3)=-1+3i$$

Dessa forma, todo o número complexo $z=(x,y)$ pode ser escrito na forma $z=x+yi$, conhecido como forma algébrica, onde temos:

$x=Re(z)$, parte real de z

$y=Im(z)$, parte imaginária de z

Igualdade entre números complexos: Dois números complexos são iguais se, e somente se, apresentam simultaneamente iguais a parte real e a parte imaginária. Assim, se $z_1=a+bi$ e $z_2=c+di$, temos que:

$$z_1=z_2 \iff a=c \text{ e } b=d$$

Adição de números complexos: Para somarmos dois números complexos basta somarmos, separadamente, as partes reais e imaginárias desses números. Assim, se $z=a+bi$ e $z_2=c+di$, temos que:

$$z_1+z_2=(a+c) + (b+d)i$$

Subtração de números complexos: Para subtrairmos dois números complexos basta subtrairmos, separadamente, as partes reais e imaginárias desses números. Assim, se $z=a+bi$ e $z_2=c+di$, temos que:

$$z_1-z_2=(a-c) + (b-d)i$$

Potências de i

Se, por definição, temos que $i = (-1)^{1/2}$, então:

$$i^0 = 1$$

$$i^1 = i$$

$$i^2 = -1$$

$$i^3 = i^2 \cdot i = -1 \cdot i = -i$$

$$i^4 = i^2 \cdot i^2 = -1 \cdot -1 = 1$$

$$i^5 = i^4 \cdot i = 1 \cdot i = i$$

$$i^6 = i^5 \cdot i = i \cdot i = i^2 = -1$$

$$i^7 = i^6 \cdot i = (-1) \cdot i = -i \dots\dots$$

Observamos que no desenvolvimento de i^n (n pertencente a **N**, com n variando, os valores repetem-se de 4 em 4 unidades. Desta forma, para calcularmos i^n basta calcularmos i^r onde r é o resto da divisão de n por 4.

Exemplo: $i^{63} \Rightarrow 63 / 4$ dá resto 3, logo $i^{63}=i^3=-i$

Multiplicação de números complexos: Para multiplicarmos dois números complexos basta efetuarmos a multiplicação de dois binômios, observando os valores das potências de i . Assim, se $z_1 = a + bi$ e $z_2 = c + di$, temos que:

$$\begin{aligned} z_1 \cdot z_2 &= a \cdot c + adi + bci + bdi^2 \\ z_1 \cdot z_2 &= a \cdot c + bdi^2 = adi + bci \\ z_1 \cdot z_2 &= (ac - bd) + (ad + bc)i \end{aligned}$$

Observar que : $i^2 = -1$

Conjugado de um número complexo: Dado $z = a + bi$, define-se como conjugado de z (representa-se por z') $\implies z' = a - bi$

Exemplo:

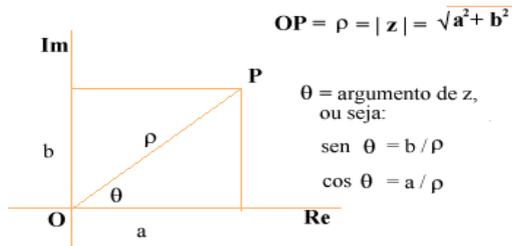
$$\begin{aligned} z = 3 - 5i &\implies z' = 3 + 5i \\ z = 7i &\implies z' = -7i \\ z = 3 &\implies z' = 3 \end{aligned}$$

Divisão de números complexos: Para dividirmos dois números complexos basta multiplicarmos o numerador e o denominador pelo conjugado do denominador. Assim, se $z_1 = a + bi$ e $z_2 = c + di$, temos que:

$$z_1 / z_2 = [z_1 \cdot z_2'] / [z_2 \cdot z_2'] = [(a+bi)(c-di)] / [(c+di)(c-di)]$$

Módulo de um número complexo: Dado $z = a + bi$, chama-se módulo de $z \implies |z| = (a^2 + b^2)^{1/2}$, conhecido como ρ

Interpretação geométrica: Como dissemos, no início, a interpretação geométrica dos números complexos é que deu o impulso para o seu estudo. Assim, representamos o complexo $z = a + bi$ da seguinte maneira



Forma polar dos números complexos:

Da interpretação geométrica, temos que:

$$z_1 = \rho_1 (\cos \theta_1 + i \operatorname{sen} \theta_1)$$

$$z_2 = \rho_2 (\cos \theta_2 + i \operatorname{sen} \theta_2)$$

que é conhecida como forma polar ou trigonométrica de um número complexo.

Operações na forma polar: Sejam $z_1 = \rho_1 (\cos \theta_1 + i \operatorname{sen} \theta_1)$ e $z_2 = \rho_2 (\cos \theta_2 + i \operatorname{sen} \theta_2)$. Então, temos que:

a) **Multiplicação**

$$z_1 \cdot z_2 = \rho_1 \rho_2 [\cos(\theta_1 + \theta_2) + i \operatorname{sen}(\theta_1 + \theta_2)]$$

Divisão

$$\frac{z_1}{z_2} = \frac{\rho_1}{\rho_2} [\cos(\theta_1 - \theta_2) + i \operatorname{sen}(\theta_1 - \theta_2)]$$

Potenciação

$$z^n = \rho^n [\cos(n\theta) + i \operatorname{sen}(n\theta)]$$

Radiciação

$$z_k = \sqrt[n]{\rho} \{ \cos[(\theta + 2k\pi) / n] + i \operatorname{sen}[(\theta + 2k\pi) / n] \}$$

para $n = 0, 1, 2, 3, \dots, n-1$

EXERCÍCIOS

- 1 - Sejam os complexos $z_1 = (2x+1) + yi$ e $z_2 = -y + 2i$. Determine x e y de modo que $z_1 + z_2 = 0$
- 2 - Determine x , de modo que $z = (x+2i)(1+i)$ seja imaginário puro.
- 3 - Qual é o conjugado de $z = (2+i) / (7-3i)$?
- 4 - Os módulos de $z_1 = x + 20^{1/2}i$ e $z_2 = (x-2) + 6i$ são iguais, qual o valor de x ?
- 5 - Escreva na forma trigonométrica o complexo $z = (1+i) / i$

RESPOSTAS

Resolução 01.

Temos que:

$$z_1 + z_2 = (2x + 1 - y) + (y + 2)i = 0$$

logo, é preciso que:

$$2x + 1 - y = 0 \text{ e } y + 2 = 0$$

Resolvendo, temos que $y = -2$ e $x = -3/2$

Resolução 02.

Efetuada a multiplicação, temos que:

$$z = x + (x+2)i + 2i^2$$

$$z = (x-2) + (x+2)i$$

Para z ser imaginário puro é necessário que $(x-2)=0$, logo $x=2$

Resolução 03.

Efetuada a divisão, temos que:

$$z = (2+i) / (7-3i) \cdot (7+3i) / (7+3i) = (11 + 3i) / 58$$

O conjugado de Z seria, então $z' = 11/58 - 3i/58$

Resolução 04.

$$\text{Então, } |z_1| = (x^2 + 20)^{1/2} = |z_2| = [(x-2)^2 + 36]^{1/2}$$

Em decorrência,

$$x^2 + 20 = x^2 - 4x + 4 + 36$$

$$20 = -4x + 40$$

$$4x = 20, \text{ logo } x=5$$

Resolução 05.

Efetuada-se a divisão, temos:

$$z = [(1+i) \cdot (-i)] / (-i^2) = (-i - i^2) = 1 - i$$

Para a forma trigonométrica, temos que:

$$r = (1 + 1)^{1/2} = 2^{1/2}$$

$$\operatorname{sen} t = -1/2^{1/2} = -2^{1/2} / 2$$

$$\operatorname{cos} t = 1 / 2^{1/2} = 2^{1/2} / 2$$

Pelos valores do seno e cosseno, verificamos que $t = 315^\circ$

Lembrando que a forma trigonométrica é dada por:

$$z = r(\operatorname{cos} t + i \operatorname{sen} t), \text{ temos que:}$$

$$z = 2^{1/2} (\operatorname{cos} 315^\circ + i \operatorname{sen} 315^\circ)$$

Operações com números Reais

Operando com as aproximações, obtemos uma sucessão de intervalos fixos que determinam um número Real. É assim que vamos trabalhar as operações adição, subtração, multiplicação e divisão. Relacionamos, em seguida, uma série de recomendações úteis para operar com números Reais:

- Vamos tomar a aproximação por falta.
- Se quisermos ter uma ideia do erro cometido, escolhemos o mesmo número de casas decimais em ambos os números.
- Se utilizamos uma calculadora, devemos usar a aproximação máxima admitida pela máquina (o maior número de casas decimais).
- Quando operamos com números Reais, devemos fazer constar o erro de aproximação ou o número de casas decimais.
- É importante adquirirmos a ideia de aproximação em função da necessidade. Por exemplo, para desenhar o projeto de uma casa, basta tomar medidas com um erro de centésimo.
- Em geral, para obter uma aproximação de n casas decimais, devemos trabalhar com números Reais aproximados, isto é, com $n + 1$ casas decimais.

Para colocar em prática o que foi exposto, vamos fazer as quatro operações indicadas: adição, subtração, multiplicação e divisão com dois números Irracionais.

$$\sqrt{2} = 1,41421 \dots$$

$$\sqrt{3} = 1,73205 \dots$$

Valor Absoluto

Como vimos, o **erro** pode ser:

- Por *excesso*: neste caso, consideramos o erro positivo.
- Por *falta*: neste caso, consideramos o erro negativo.

Quando o erro é dado sem sinal, diz-se que está dado em valor absoluto. O valor absoluto de um número a é designado por $|a|$ e coincide com o número positivo, se for positivo, e com seu oposto, se for negativo.

Exemplo: Um livro nos custou 8,50 reais. Pagamos com uma nota de 10 reais. Se nos devolve 1,60 real de troco, o vendedor cometeu um erro de +10 centavos. Ao contrário, se nos devolve 1,40 real, o erro cometido é de 10 centavos.

Operações com números naturais**Adição**

Seu objetivo é reunir em um só os valores de vários números. Os números cujos valores devem ser reunidos são denominados parcelas.

Propriedades**Comutativa**

Se a e b são dois números naturais, então, a ordem em que forem colocados ao se efetuar a adição não altera o resultado. Assim: $a+b=b+a$

Associativa

Se a , b e c são três números naturais, o agrupamento que fizermos deles não alterará o resultado da soma:

$$[a+b]+c=a+[b+c]$$

Subtração

Se conhecemos a soma de dois números naturais e também um desses números podemos achar o outro? A resposta nos leva à subtração de números naturais.

$$b+c=a, \text{ portanto, } c=a-b$$

a é o minuendo; b o subtraendo

No entanto, devemos considerar que a subtração de números naturais nem sempre é possível. Quando o subtraendo é maior que o minuendo, não temos solução no conjunto dos naturais.

$$5-7 \notin \mathbb{N}$$

Multiplicação

Podemos interpretar a multiplicação como uma soma de parcelas iguais.

$$b \times a = a + a + a + \dots$$

Propriedades**Comutativa**

Se a e b são dois números naturais, a ordem com que forem multiplicados não altera o produto:

$$a \times b = b \times a$$

Associativa

Se a , b e c são números naturais, podemos substituir dois ou mais fatores pelo produto efetuado sem alterar o resultado:

$$[a \times b] \times c = a \times [b \times c]$$

Divisão

Operação inversa à multiplicação.

$$D = d \times q$$

Onde, D é o dividendo d é o divisor e q o quociente

Problemas com as quatro operações

1) Paula, Ana e Marta são irmãs e todas elas ganham mesadas do pai, só que cada uma ganha um valor diferente. Paula ganha R\$ 70,00 por mês, Ana ganha R\$ 60,00 e Maria R\$ 50,00. Qual o total que o pai das meninas precisa separar no mês para pagar as mesadas?

Solução

O total é a soma da mesada de cada uma: $70+60+50=180$

O pai das meninas precisa separar no mês para pagar as mesadas R\$180,00.

1) Na fruteira de seu Manoel, das 520 laranjas que havia para venda, 60 estavam estragadas e foram separadas das demais. Quantas laranjas ficaram?

Solução

$$520-60=460 \text{ laranjas}$$

Ficaram 460 laranjas

2) O professor de matemática de uma turma de 36 alunos decidiu dividir a turma em grupos, sendo que cada grupo teria 4 integrantes. Quantos grupos serão formados?

CONHECIMENTOS GERAIS

Direitos e deveres de um cidadão	01
Estados, divisão regional do Brasil e suas características tipos de orientação	03
Poluição	19
Transportes e meios de comunicação	22
Impactos ambientais	26
Atualidades.	31

DIREITOS E DEVERES DE UM CIDADÃO

Cidadania é termo que advém do latim (com raiz em civitatis, de civitas, que significa cidade, palavra da qual deriva cidadão e cidadania) (CUNHA, 2001:182) e possui vários sentidos, que vão desde o técnico-jurídico, isto é, qualidade daquele que “usufrui de direitos civis e políticos garantidos pelo Estado e desempenha deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos” (HOUISS, 2001:714), passando pela associação ao ato de fazer valer os direitos, e havendo inclusive, no Estado Contemporâneo, quem fale em cidadania universal[1] (BENEVIDES, 1998): exercitada pelo “cidadão do mundo”, ou seja, pelo indivíduo “que coloca suas obrigações para com a humanidade acima dos interesses de seu país” (BENEVIDES, 1998).

A polissemia ou ambiguidade do termo ao mesmo tempo que aponta para um potencial ou riqueza de sentidos faz com que ele, de certa forma, perca sua força originária, que deita raízes na Antiguidade greco-romana, conforme se exporá.

Atualmente, do ponto de vista estrito do Direito, costuma-se dizer que cidadão é o nacional que está no gozo dos direitos políticos. Trata-se, portanto, de quem possui título de eleitor e, por conseguinte, pode participar diretamente dos assuntos do Estado, via de regra, por meio de eleição, plebiscito, referendo ou iniciativa popular.

Tal sentido, entretanto, enfraquece as potencialidades da noção de cidadania em um Estado Democrático de Direito. Cidadania é um conceito em construção e não algo dado ou acabado. Ademais, a construção da amplitude da noção de cidadania não se deu de forma tranquila e pacífica, mas foi produto de lutas travadas contra privilégios infundados rumo à afirmação de direitos relacionados com a igualdade e conseqüentemente à universalização de seu exercício.

Neste contexto, deve-se ressaltar que, no Brasil, a Constituição de 1988 representou um marco na transição de um regime autoritário para um Estado Democrático de Direito, o que implicou na necessidade de implementação de várias formas de participação da sociedade nos assuntos coletivos, que não se restringem às três expressões de democracia direta positivadas na Constituição (art. 14).

A cidadania, conforme especifica o artigo 1º, II, da Constituição Federal, é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Na realidade, rigorosamente falando, nem haveria necessidade de tal alusão, uma vez que as noções de democracia e cidadania são intrinsecamente indissociáveis.

A tendência, conforme o País avance no processo de consolidação da democracia, será a ampliação das formas de participação da coletividade nos assuntos de interesse geral, mediante o desenvolvimento de diversos expedientes, como audiências e consultas públicas, conselhos de gestão e de fiscalização de serviços públicos, incremento dos espaços públicos de reivindicação e pelo fortalecimento dos movimentos populares e das organizações criadas no seio da sociedade civil.

Tal fenômeno resultará na ampliação dos estreitos limites da definição jurídica do conceito de cidadania de uma noção relativamente passiva, onde o cidadão é visto da perspectiva de mero portador de direitos e deveres para com o Estado, para uma concepção mais ativa, na qual “os cidadãos participantes da esfera pública” (BENEVIDES, 1998) serão potenciais agentes da exigência do respeito aos direitos assegurados e, ainda, da criação de mais espaços públicos e quiçá de novos direitos não enunciados.

Sentido originário greco-romano de cidadania

Segundo expõe MARILENA CHAUI (2001, p. 371), o termo civitas (raiz etimológica de cidadania) é tradução latina da palavra grega polis, que indica cidade como ente público e coletivo. Também res publica, por exemplo, é tradução latina de ta politika, “significando, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo populus romanus, isto é, os patrícios ou cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma”. Polis e civitas correspondem ao conjunto de instituições públicas, incluindo leis, erário público, serviços públicos e sua administração pelos cidadãos.

Em Roma, cidadania designava uma situação política detida por alguns, com exclusão, por exemplo, dos escravos, das mulheres e das crianças, em relação à possibilidade de participação dos assuntos relativos ao Estado Romano. Segundo expõe DALMO DE ABREU DALLARI:

“a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI, 1998:14).

Foi, contudo, na Grécia do auge da democracia, que a questão da participação dos cidadãos na condução dos assuntos coletivos assumiu uma dimensão mais pronunciada. Neste período, houve a cisão entre as concepções de esfera privada, na qual as pessoas desempenhavam atividades ligadas à sobrevivência, num espaço de sujeição (dos escravos, das mulheres e dos menores), e de esfera pública, considerada como espaço de igualdade, no qual homens livres exerciam a cidadania.

Os cidadãos gregos desta época eram iguais em dois sentidos: (a) o da isonomia, que implicava a igualdade perante a lei; e (b) o da isegoria, a qual atribuía idêntico direito a todos de expor e discutir em público sobre as ações que a polis deveria ou não realizar. Como os gregos conferiam elevado valor à noção de igualdade, o sorteio foi considerado a mais justa forma de distribuição de encargos estatais, uma vez que assim todos os cidadãos seriam, de fato, tratados com isonomia[2].

Assevere-se que, para os gregos, o espaço público era um referencial valorativo que apontava para a finalidade superior da vida dos homens livres, entendida como racional e justa. Nesta perspectiva, o desenvolvimento das virtudes políticas fazia parte do ideal de educação (JAEGER, 2001:1098) do homem grego, para a garantia de uma existência livre e ativa em face dos serviços públicos desenvolvidos para a coletividade.

Barreiras históricas e culturais à vivência da cidadania plena no Brasil

Cidadania, conforme visto é conceito relacionado com a atuação dos indivíduos na condução dos negócios públicos. Trata-se, portanto, de circunstância relacionada com a democracia, que, quando transformada em realidade, exige e incentiva que o indivíduo tenha uma postura ativa, no sentido de integrar-se, discutir e fazer-se ouvir perante o organismo político.

O exercício pleno da cidadania é conquista social, relacionada com a afirmação e respeito aos Direitos Humanos. Mesmo que quase todos os ordenamentos jurídicos nacionais tenham incorporado em seus preceitos normas que enunciam valores favoráveis ao desempenho da cidadania, a sua prática (práxis) varia muito de Estado para Estado e de período para período no mesmo local.

É pressuposto do pleno exercício da cidadania o desenvolvimento de relações sociais mais igualitárias, por isso que incomoda tanto a formulação feita por FRIEDRICH MÜLLER (2000, p.5-60): que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático? Tender-se-ia responder cnicamente que em uma democracia material nenhum grau de exclusão social pode ser tolerado, contudo, a problemática denuncia que as pessoas, no geral, como cidadãos que são, tendem a retirar de suas costas a responsabilidade de promover ações no sentido da inclusão social, procurando não se fazer essa verdadeira e, por isso mesmo, incômoda questão. Também é pressuposto do pleno exercício da cidadania: a consciência da diferenciação que existe entre vida privada e espaço público. Estes são aspectos que esbarram em problemas históricos e, consequentemente, culturais no Brasil.

Sabe-se que o Brasil foi tratado ab ovo, como um local para ser explorado para o enriquecimento de interesses de fora de seu território. Diferentemente do que ocorreu em colônias de povoamento, o objetivo precípua de grande parte dos colonizadores que aqui se fixaram foi o enriquecimento rápido mediante a produção extrativista (agrícola ou de mineração) baseada, via de regra, no latifúndio, no trabalho escravo e no suprimento de carências do mercado externo.

Mesmo com a abolição da escravatura e a adoção do trabalho assalariado, que se deu no País na divisa dos séculos XIX e XX, predominou, a partir da Proclamação da República, com a progressiva expansão dos direitos políticos no Brasil, o que se denominou de “coronelismo”. Este é fenômeno cuja análise é imprescindível para que se entenda o nascimento distorcido da noção de espaço público no Brasil.

O coronelismo, segundo VICTOR NUNES LEAL, representou a decadência do poder privado e a ascensão do poder público, com a emergência do sufrágio universal a partir da Constituição de 1891, que transformou grande contingente de trabalhadores rurais (em um país que era, à época, essencialmente agrário) em eleitores.

O poder privado, que existia relativamente incontestado desde as grandes divisões do território pelo sistema das sesmarias (que foi fonte de origem dos grandes latifúndios no País), enfrentou acentuada decadência em função de vários aspectos, dentre os quais se ressaltam: o êxodo rural, produto da industrialização, e a afirmação e garantia dos direitos trabalhistas somente aos trabalhadores urbanos, que transformou o campo em instância menos atraente. Também houve a ascensão progressiva do poder público, advinda da consolidação do modelo federativo de Estado.

Enfraquecidos diante de seus dependentes e rivais, os coronéis se viram na necessidade de fazer alianças políticas com o Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. A essência do compromisso coronelista repousou, portanto, no acordo firmado entre o poder privado decadente e o poder público em ascensão, e este complicado arranjo, denominado por NUNES LEAL de “sistema de reciprocidade”, envolveu:

“de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como que toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante do Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça” (LEAL, 1975:43).

O coronelismo caracterizou-se como sistema político baseado na “troca de favores”. O Estado, de um lado, negociava a nomeação dos cargos públicos, o erário e o controle da polícia e, de outro lado, o coronel oferecia a liderança em relação aos trabalhadores de sua circunscrição rural, que com a República foram transformados em eleitores. A ideia era buscar um compromisso no qual haveria a garantia de eleição dos governadores e simultaneamente a manutenção do poder privado dos coronéis, mesmo que em decadência.

O governo estadual, em troca do apoio político, concedia uma autonomia “extralegal” aos coronéis que compreendia: (1) o poder para a nomeação de cargos públicos, permitindo o surgimento do denominado “filhotismo”, pois o coronel nomeava pessoas com as quais mantinha relações; (2) o apoio do poder de polícia estadual para a perseguição dos opositores do coronel, o que deu ensejo ao chamado “mandonismo”; e (3) o poder de administração dos recursos financeiros do município, que eram utilizados para fins pessoais, ocasionando o que o autor denominou de “desorganização dos serviços públicos locais”.

Assim, os coronéis falseavam os votos dos seus “rebanhos eleitorais”, isto é, direcionavam os votos para o resultado pactuado com os governantes, utilizando-se dos votos de cabresto e de elementos coercitivos, como a ação de pistoleiros, geralmente capangas de sua confiança, ou grupo de jagunços, ou seja, de um “bando de caboclos dedicados ao ofício das armas, que viviam à sombra de sua autoridade”.

Entretanto, após a Revolução de 30, com a promulgação do Código Eleitoral, houve a instauração do voto secreto, que acabou com o sistema coronelista, porém, não foi suficiente para solapá-lo, haja vista que a sua base de sustentação era a estrutura agrária do País, e não o voto em si.

Portanto, segundo NUNES LEAL, a estrutura agrária, aliada à falta de autonomia municipal, e ao sistema representativo, cuja universalização fez surgir no cenário local um novo ator político com amplos poderes, isto é, o governador, são fatores que contribuíram para a manifestação plena do coronelismo em seu período auge, que foi o da República Velha (de 1889 a 1930).

Contudo, mesmo com as mudanças que foram sentidas no Brasil a partir da década de trinta, a reflexão acerca do fenômeno é indispensável na medida em que provoca inferências que transcendem aos estreitos limites de contextualização de sua ocorrência mais evidente, fornecendo uma importante explicação sobre as origens distorcidas das relações entre o espaço público e privado no Brasil, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na Grécia no período auge da democracia, onde artesãos e comerciantes não foram considerados cidadãos, à medida que não dispunham de “tempo livre” para se dedicarem às tarefas efetivamente públicas.

Ademais, a análise evidencia que diante da miséria e da ausência de informação da população, ela acaba sendo mais facilmente manipulada pelos detentores de poder que, por este motivo, preocupam-se menos em promover um projeto efetivo de emancipação social do que com a sua permanência no poder.

Portanto, apesar de todo avanço que as instituições públicas foram objeto no Brasil, ao longo do século XX, com a industrialização e a formação de uma classe média sustentadora de uma nova base de relações sociais, o coronelismo explica as origens da propensão cultural brasileira à privatização de espaços públicos, o que surte efeitos até os dias atuais, prejudicando o livre exercício da cidadania.

A partir de sua análise, entende-se parcela da razão pela qual o povo brasileiro ainda prefere sofrer calado e aguentar a opressão[6] sem levar a sério as instituições públicas e as leis garantidoras de direitos, em vez de se unir para romper com a ideia distorcida de que os direitos sejam mera concessão dos “donos do poder” aos que estão abaixo (ou mais próximos) deles.

Não se pode ignorar, todavia, que a partir da década de trinta, apesar de todo desenvolvimento ocorrido, o Brasil vivenciou longos períodos de autoritarismo, com Getúlio Vargas e, posteriormente, com o golpe militar, que durou de 1964 até meados da década de oitenta. Assim, pode-se dizer que apenas a partir da Constituição de 1988 surgiu um cenário institucional mais favorável ao desabrochar pleno da cidadania no País.

Todavia, mesmo com todas as instituições e mecanismos de participação assegurados no ordenamento e diante do avanço que deve ser comemorado, ainda existem muitas barreiras à plena vivência da cidadania no Brasil, pois esta pressupõe, inicialmente, relações sociais mais igualitárias e, sobretudo, a predisposição do povo em fazer valer os direitos assegurados, para que eles saiam do papel e transformem a realidade.

Os direitos e deveres do cidadão são relacionados ao conceito de cidadania. Ser um cidadão consciente e exercer a cidadania é saber quais são os seus direitos e deveres para participar ativamente das decisões políticas e sociais que têm consequências na vida de todos.

É preciso conhecer os direitos que são garantidos para poder fiscalizar o cumprimento deles e cobrar do Estado que eles sejam prioridade nos governos. Ao mesmo tempo é preciso saber quais são os seus deveres para contribuir com desenvolvimento do país e com o bem comum.

Os direitos e deveres do cidadão são relacionados ao conceito de cidadania. Ser um cidadão consciente e exercer a cidadania é saber quais são os seus direitos e deveres para participar ativamente das decisões políticas e sociais que têm consequências na vida de todos.

É preciso conhecer os direitos que são garantidos para poder fiscalizar o cumprimento deles e cobrar do Estado que eles sejam prioridade nos governos. Ao mesmo tempo é preciso saber quais são os seus deveres para contribuir com desenvolvimento do país e com o bem comum.

Direitos do cidadão

Os direitos garantidos são muitos e estão definidos na Constituição, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e em outras leis. Os direitos podem ser classificados em civis, sociais e políticos.

Direitos civis

Os direitos civis são os que têm o objetivo de garantir a liberdade individual e a igualdade entre as pessoas. São os principais:

- direito à vida;
- direito à liberdade de expressão;
- liberdade de ir e vir;
- igualdade entre homens e mulheres;
- proteção da intimidade e da vida privada;
- liberdade para exercer sua profissão;
- direito à propriedade.

Direitos sociais

Os direitos sociais são os direitos que garantem e protegem a qualidade de vida e dignidade do cidadão. Estão previstos no art. 6º da Constituição Federal:

- educação;
- saúde;
- alimentação;
- trabalho;
- moradia;
- transporte;
- lazer;
- segurança;
- previdência social;
- proteção à infância e à maternidade;
- assistência aos desamparados.

Direitos políticos

Os direitos políticos são os que se referem à participação nas decisões políticas do país. São os seguintes:

- garantia de voto direto e secreto, com igual valor para todos;
- direito a ser candidato a um cargo nas eleições.

Deveres do cidadão

Além de poder cobrar do Estado o cumprimento dos direitos, é preciso ser um cidadão que cumpre com os seus deveres.

São os principais deveres do cidadão brasileiro:

participar das eleições, escolhendo e votando nos seus candidatos;

- estar atento ao cumprimento das leis do país;
- pagar os impostos devidos;
- participar da escolha das políticas públicas;
- respeitar os direitos dos outros cidadãos;
- proteger o patrimônio público;
- proteger o meio ambiente.

ESTADOS, DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL E SUAS CARACTERÍSTICAS TIPOS DE ORIENTAÇÃO

O mapa do Brasil corresponde ao território brasileiro, quando representado cartograficamente, ou seja, é o retrato cartográfico do Brasil bidimensional. A representação do Brasil por meio do mapa pode retratar aspectos políticos, físicos, econômicos e demográficos, que permitem uma análise do espaço geográfico.

O mapa pode, por meio de seus elementos, como título, legenda, orientação e escala, oferecer inúmeras informações a respeito do território brasileiro, além das análises e estudos territoriais necessários.

Mapa político do Brasil



O mapa político do Brasil corresponde à representação gráfica que indica a divisão territorial do Brasil em unidades federativas.

CONHECIMENTOS GERAIS

O mapa político do Brasil corresponde à representação do território brasileiro, cartograficamente dividido em estados ou unidades federativas, capitais, cidades e municípios. A atual divisão do território brasileiro foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

A partir dessa nova divisão, Roraima e Amapá foram elevados à categoria de estado, a porção norte do estado de Goiás foi desmembrada e foi criado o estado do Tocantins. O atual mapa político do Brasil divide o país em 26 estados e o Distrito Federal.

Estados e as respectivas capitais

Unidade Federativa	Capital / Sede de Governo	Unidade Federativa	Capital / Sede de Governo
Acre	Rio Branco	Paraíba	João Pessoa
Alagoas	Maceió	Paraná	Curitiba
Amapá	Macapá	Pernambuco	Recife
Amazonas	Manaus	Piauí	Teresina
Bahia	Salvador	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Ceará	Fortaleza	Rio Grande do Norte	Natal
Espírito Santo	Vitória	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Goiás	Goiânia	Rondônia	Porto Velho
Maranhão	São Luís	Roraima	Boa Vista
Mato Grosso	Cuiabá	Santa Catarina	Florianópolis
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	São Paulo	São Paulo
Minas Gerais	Belo Horizonte	Sergipe	Aracaju
Pará	Belém	Tocantins	Palmas
		Distrito Federal	Brasília

Mapas das regiões do Brasil



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divide o território brasileiro em cinco regiões: Norte, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

O mapa regional do Brasil corresponde à representação cartográfica do território brasileiro em regiões. Segundo o IBGE, o Brasil divide-se em cinco regiões, sendo elas:

Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
-------	----------	--------------	---------	-----

As regiões brasileiras equivalem a agrupamentos de unidades federativas que apresentam características comuns. Esses agrupamentos são uma forma de facilitar a análise e interpretação de dados dos estados, além da área que abrangem.

Por meio dessa divisão regional, é possível observar as fragilidades e as potencialidades de cada área e, assim, estabelecer, segundo análise de dados, sistemas de gestão e políticas públicas, além de propor programas que atendam às especificidades de cada região.

É válido ressaltar que as regiões não possuem um governo ou representantes jurídicos. Representam apenas a união de estados que possuem características semelhantes. Já os estados são governados e representados jurídica e individualmente.

→ Mapa da Região Norte



A Região Norte do Brasil, representada no mapa, é composta por sete estados e é, territorialmente, a maior região do país. (Fonte: IBGE)

O mapa da Região Norte do Brasil apresenta a divisão territorial compreendendo os sete estados que fazem parte da região. São eles:

- Amazonas: é o maior estado do país territorialmente. O estado é coberto pela Floresta Amazônica, a maior floresta tropical do mundo.
- Acre: é o estado da Região Norte fronteiro a dois países da América do Sul: Bolívia e Peru. É um dos estados com a menor densidade demográfica do país.
- Amapá: é o estado que faz fronteira com Pará, Guiana Francesa, Oceano Atlântico e Suriname.
- Tocantins: pertence ao Planalto Central brasileiro e nesse estado é encontrado o Parque Estadual do Jalapão, uma importante unidade de conservação brasileira.
- Pará: é o segundo maior estado do Brasil e possui o maior índice de desmatamento do Brasil.
- Roraima: é o menos populoso do Brasil e também o que possui a menor densidade demográfica.
- Rondônia: é o terceiro estado mais rico em termos de Produto Interno Bruto da Região Norte.

→ Mapa da Região Nordeste



A Região Nordeste do Brasil, representada no mapa, é composta por nove estados, sendo, portanto, a região com maior número de unidades federativas. (Fonte: IBGE)

O mapa da Região Nordeste do Brasil apresenta divisão territorial compreendendo os nove estados que compõem a região. São eles:

- Maranhão: o segundo maior estado da Região Nordeste e possui o segundo maior litoral do país.
- Piauí: é o estado com o menor litoral do Brasil. O estado possui clima tropical e semiárido.
- Ceará: é o terceiro estado mais rico do Nordeste, e sua capital, Fortaleza, é um dos principais destinos do país para turismo.
- Rio Grande do Norte: possui o melhor IDH e a maior renda per capita da Região Nordeste.
- Paraíba: é o “berço” de vários poetas brasileiros, como Augusto dos Anjos e José Lins do Rego.
- Pernambuco: tem como parte do seu território os arquipélagos de Fernando de Noronha, São Pedro e São Paulo.
- Alagoas: é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país e possui um dos folclores mais ricos do Brasil.
- Sergipe: é o menor do Brasil em extensão territorial, tendo como principal atividade econômica a agricultura.
- Bahia: é o estado brasileiro que mais faz fronteiras com outros estados no Brasil. Possui a maior população da Região Nordeste.